



A Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento (PIDHDD) e o Observatório DESC Mercosul como espaços de ação cidadã frente aos acordos de livre comércio no âmbito regional e sub-regional.¹

Daniel Maurício Aragão²

Um espaço de trabalho conjunto de organizações da sociedade civil do continente

A Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento é uma rede plural, convergente e autônoma, um espaço permanente de trabalho conjunto de organizações diversas da sociedade civil do continente que, organizadas em capítulos nacionais, trabalham para construir novos estilos de desenvolvimento social e convivência democrática, baseados em princípios e na ética dos direitos humanos que assegurem uma vida digna e relações solidárias e de equidade entre as pessoas, povos e nações.

A contribuição dessa iniciativa conjunta consiste na adoção de um pensamento compartilhado referente à integralidade dos direitos humanos, o vínculo indissolúvel entre eles, a democracia e o desenvolvimento, além do caráter complementar das ações de exigibilidade jurídica e política que apontam, por um lado, para o uso, fortalecimento e construção das normas de direito interno e do sistema internacional de proteção dos direitos humanos e, por outro, à promoção de processos que garantam e ampliem a cidadania participativa.

A Plataforma é uma rede que mobiliza a sociedade civil, no sentido que promove a informação, o intercâmbio, a formação, a produção conceitual e a elaboração de propostas em função de ações cidadãs de interesse público nos âmbitos nacionais e internacional, como a exigibilidade e vigilância social referente ao cumprimento das obrigações dos Estados estabelecidas no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais -PIDESC e nos compromissos assumidos nas conferências mundiais das Nações Unidas como a de Meio Ambiente (Rio de Janeiro, 1992), Direitos Humanos (Viena, 1993), Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995) e da Mulher (Beijing, 1995).

No momento, a Plataforma tem buscado consolidar os objetivos traçados em seu plano de fundação, ampliando para novos consensos entre seus membros que permitam realizar ações regionais de exigibilidade de grande impacto social e político, promovendo uma massiva cultura de direitos no continente. Para tanto, tem-se convocado a diversos atores sociais, desenvolvendo uma política ampla de alianças e uma estratégia de articulação e convergência de esforços com outras redes e organizações regionais.

¹ Elaborado com base no Plano Trienal da PIDHDD e no projeto do Observatório DESC Mercosul.

² Secretário Regional da PIDHDD. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Advogado e assessor popular em direitos humanos.



O Observatório de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Mercosul

O tema da prioridade dos direitos humanos nos acordos de integração regional é objeto de campanha central da Plataforma que defende que *outra integração é possível* e convoca à luta *por uma cidadania interamericana com todos os direitos humanos para todas e todos*. Entre as várias atividades desenvolvidas como parte desta campanha está o Observatório de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Mercosul (Observatório DESC Mercosul) e isso se deve ao fato da Plataforma perceber que a conjuntura política dos países que compõem o núcleo central do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) é bastante favorável à construção de uma integração que tenha outras bases (direitos humanos?) que consigam ir além dos interesses meramente comerciais das empresas transnacionais.

Organizado e planejado em maio de 2003, numa reunião específica da Plataforma Interamericana em Buenos Aires para tal fim, o Observatório DESC Mercosul é um espaço de ação cidadã constituído por um grupo de organizações integrantes da sociedade civil interamericana através da PIDHDD, cuja missão é incidir nas políticas do Mercosul e estudar o efeito destas em cada país. As organizações integrantes do Observatório na condição de organizações de direitos Humanos afirmam que são os Estados os que sistematicamente violam estes direitos. De fato, percebe-se que as massivas violações de direitos civis e políticos, cometidas pelos estados-membros do Mercosul, foram praticadas para reprimir os protestos sociais de milhões de latino-americanos que lutavam pela vigência e garantia dos direitos econômicos, sociais e culturais.

A idéia está em conseguir uma integração regional na qual o Mercosul não seja uma simples união de mercados, mas uma união de Estados baseada no desenvolvimento equitativo, em uma cultura de direitos humanos e na combinação de uma agenda econômica com uma agenda social. Portanto, o Observatório e a própria PIDHDD defendem um desenvolvimento que não seja entendido como mera integração comercial, mas como um conjunto de elementos harmônicos tais como crescimento econômico e comercial, acesso ao trabalho, promoção da cultura, respeito aos direitos fundamentais e construção de novos direitos humanos e novos mecanismos de exigibilidade de direitos no espaço da integração dos países que compõem o Mercosul.

Uma das missões essenciais do Observatório é fomentar a sensibilidade cidadã das pessoas e organizações dos países do Mercosul, gerando uma verdadeira consciência de direitos e vontade de reclamá-los nos antigos espaços institucionais e nos novos já construídos ou em construção no Mercosul. Tão importante como promover a exigibilidade dos direitos econômicos sociais e culturais é a construção da consciência cidadã. Os direitos tornam-se efetivos quando se luta para conquistá-los e, para isso, é preciso que o ser se perceba como sujeito de direitos, consciente da capacidade de reclamar o cumprimento dos mesmos. Nesse sentido, o que se quer não são políticas assistencialistas, mas a exigência de direitos e de implementação de políticas públicas que os protejam e promovam, deixando claro que a demanda não é por favores concedidos pelo Estado, mas pelo cumprimento da responsabilidade estatal de garanti-los. Para tanto, o Observatório DESC Mercosul verifica a importância de realizar atividades diversas de informação, difusão, denúncia, lobby, auditoria de tratados e convênios, além da construção de propostas alternativas.



Objetivos do Observatório DESC Mercosul

O observatório tem então como objetivos gerais:

1. Organizar e articular coletivamente estratégias e planos de ação para modificar as inexistentes ou incipientes políticas existentes sobre DESC e fazer efetivos os mecanismos de proteção de direitos humanos.
2. Construir espaços e mecanismos alternativos de incidência para a defesa e promoção dos direitos econômicos, sociais e culturais na estrutura organizativa e relações entre os Estados que compõem esta união de mercados: o MERCOSUL.

No plano internacional, estes objetivos devem servir como guia para a negociação dos processos de integração continental e para os distintos convênios e tratados internacionais. Nessa perspectiva, a resposta das organizações da sociedade civil a propostas como a da Área de Livre Comércio das Américas-ALCA está justamente na construção de outras formas possíveis de integração que contraponham àquela união meramente comercial e de interesse do capital transnacional uma união de povos justa e equitativa.

O Observatório não se propõe a ser um mero “olho” da situação dos DESC na região, mas buscar constantemente uma verdadeira incidência nas políticas do Mercado Comum do Sul nesta matéria. Para tanto, entende-se que é necesario, entre outros: manter um mapa do estado dos DESC e construir os indicadores que permitam refletir esta realidade socio-econômica; estudar as normas vigentes e as instituições que tem um papel efetivo nestes assuntos, assim como definir as ações que ajudarão a promover a defesa dos DESC no âmbito local, nacional e regional; observar, monitorar, fazer o acompanhamento e avaliar as diferentes ações, níveis de cumprimento, de exigibilidade e, justiciabilidade dos compromissos assumidos pelos Estados membros do Mercosul.

Construção na idéia de uma cidadania interamericana

Para os participantes do Observatorio, é indispensável verificar no grupo de países membros do Mercosul uma oportunidade histórica de reconhecimento da identidade comum entre nações que partilham uma história de irmandade entre os povos, uma base jurídica de princípios e normas equivalentes, a presença de valores culturais semelhantes e a necessidade de defender um processo conceitual e de articulação que construa a idéia de uma cidadania interamericana. O Observatório já produziu um primeiro relatório sobre a situação dos direitos econômicos, sociais e culturais na sub-região e realizou dois seminários sobre os direitos humanos no Mercosul. Está sendo estruturada a base de dados para monitoramento dos direitos, além de pesquisas específicas que contribuam para a elaboração de propostas e projetos de lei-modelo.

A Plataforma Interamericana enfrenta o desafio de produzir conceitual e estrategicamente a noção de “cidadania interamericana”, aprofundando e consolidando a idéia de que é possível uma integração entre países que tenha como linha central a promoção e a defesa dos direitos humanos. Desde a Declaração de Quito (1998) que as redes do continente americano decidiram sobre a importância de trabalhar pela exigibilidade e justiciabilidade dos direitos econômicos, sociais e culturais. Com as novas violações de direitos, fruto de acordos comerciais forjados de integrações entre países, percebe-se a necessidade de fortalecer os



direitos humanos com uma proposta que vá além dos limites dos Estados Nacionais, gerando uma cultura de direitos entre povos, construindo novos espaços institucionais de garantia dos direitos nos acordos de integração, garantindo novos direitos e fortalecendo os que fazem parte do sistema interamericano e das constituições dos Estados.

Depois dos eventos na Bolívia em outubro de 2003, que culminaram com a renúncia forçada do presidente do país, fica cada vez mais clara a inter-relação entre direitos humanos, democracia e desenvolvimento. A idéia de uma cidadania interamericana possibilita justamente pensar o direito ao desenvolvimento como síntese que integra os países, regional e internacionalmente, com base nos direitos humanos e em espaços para o exercício desses direitos numa democracia realmente participativa. Está em jogo, portanto, a concepção mesma de um direito ao desenvolvimento para todos os povos que possa confrontar as propostas de livre comércio, observando as desigualdades entre nações e países, gerando acordos de integração que tenham como sujeitos os seres humanos e não as transnacionais.

Fim fim fim fim fim